



Acessibilidade audiovisual: legendas e janelas de Libras

Audiovisual accessibility: subtitles and Brazilian sign language window

Valeria Fernandes Nunes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2184-1314>  <http://lattes.cnpq.br/3912784488508209>

Adriana Baptista de Souza²

 <https://orcid.org/0000-0002-8460-3743>  <http://lattes.cnpq.br/5910520240728999>

Daniele Fernandes da Silva Guimarães³

 <https://orcid.org/0000-0002-9617-902X>  <http://lattes.cnpq.br/1793429829827665>

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar etapas da produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e processos de tradução no par linguístico Libras (Língua Brasileira de Sinais) - português. Por meio de uma pesquisa documental e qualitativa, investigamos como tais procedimentos foram desenvolvidos pelo "TradInter Lab: laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras - português" da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) para promover a acessibilidade comunicativa em conteúdos audiovisuais de eventos acadêmicos. A fundamentação teórica baseia-se em estudos sobre tradução audiovisual e acessibilidade comunicativa, normativos legais brasileiros e reflexos da pandemia de COVID-19 nesses processos. Os resultados preliminares apontam caminhos para uma tradução audiovisual cada vez mais acessível.

Palavras-chave: acessibilidade; audiovisual; tradução; pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze stages of subtitle production for the deaf and Hard-of-Hearing and translation processes in the language pair Libras (Brazilian Sign Language) - Portuguese. Through a documental and qualitative research, we have investigated how such procedures were developed by the "TradInter Lab: laboratory of accessible audiovisual translation and interpretation Libras - Portuguese" at UFRJ (Federal University of Rio de Janeiro) to promote communicative accessibility in audiovisual content of academic events. The theoretical foundation is based on studies about audiovisual translation and communicative accessibility, Brazilian legal norms, and the effects of the COVID-19 pandemic on these processes. Preliminary results point to ways for an increasingly accessible audiovisual translation.

Keywords: accessibility; audiovisual; translation; COVID-19 pandemic.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro/RJ - Brasil. E-mail: valerianunes@letras.ufrj.br

² E-mail: adribaptsouza@letras.ufrj.br

³ E-mail: danielefsguimaraes@ufrj.br



1. INTRODUÇÃO

Atualmente, encontramos uma multiplicidade de formas, imagens estáticas ou em movimento no acesso aos conteúdos audiovisuais disponibilizados na TV ou na internet, sejam em sites, em redes sociais ou em eventos educacionais.

Tornar tais conteúdos acessíveis para toda a população brasileira tem sido alvo de esforços científicos, políticos e sociais. Legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas, audiodescrição para pessoas com deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão) e inclusão da janela de interpretação na Língua Brasileira de Sinais - Libras para surdos sinalizantes são meios de tornar as produções audiovisuais mais acessíveis.

Por meio de uma pesquisa documental e qualitativa, investigamos etapas da produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e processos da interpretação e da tradução no par linguístico Libras - português. Serão analisadas tais etapas tendo como base arquivos que descrevem os procedimentos adotados pelo projeto de extensão “TradInter Lab: laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras - português” da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve seu início em julho de 2020 com o aumento de conteúdos no formato audiovisual na internet devido à pandemia da COVID-19. Por meio da produção de conteúdos com esses recursos de acessibilidade para eventos acadêmicos, o projeto proporciona aos graduandos extensionistas o contato com a teoria e a prática na produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e nos processos da interpretação e da tradução de Libras - português.

Este estudo está organizado em três partes. Na primeira parte, são descritos os seguintes aspectos teóricos: produtos audiovisuais e acessibilidade comunicativa na perspectiva científica e nos normativos legais brasileiros (ROSSINI; RENNERT, 2016; SILVA, 2019); reflexos da pandemia no aumento de produtos audiovisuais (OCHOA et al., 2020; WANG et al., 2020; PRADHAN et al., 2020; AYOUNI et al., 2021; KWON et al., 2021), legendagem para surdos e ensurdecidos (SPOLIDORIO, 2017); audiodescrição (VIGATA; ALVES, 2021); e janela de Libras (BRITO, 1995; MARQUES; OLIVEIRA, 2012; NAVES et al., 2016).

Na segunda parte, são apresentadas as escolhas metodológicas (GIL, 2008) desta pesquisa para analisar os procedimentos adotados na produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidos e na tradução no par linguístico Libras - português no projeto de extensão da TradInter Lab. Na terceira parte, são investigados como os procedimentos adotados pelo TradInter Lab contribuem os estudos e a prática da tradução audiovisual acessível.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para uma reflexão política, linguística e social sobre a oferta de acessibilidade em conteúdos audiovisuais, a fim de promover caminhos para a produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e para os processos de tradução no par linguístico Libras - português.



2. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

Segundo a [Lei n.º 12.485/2011, no artigo 2º, inciso VII, conteúdo audiovisual](#) é um

resultado da atividade de produção que consiste na fixação ou transmissão de imagens, acompanhadas ou não de som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão. (BRASIL, 2011).

Segundo Rossini e Renner (2016), em seus estudos no Grupo de Pesquisa Processos Audiovisuais (PROAv-UFRGS) com o projeto de pesquisa “Cinema dos novos tempos: experimentação de formatos audiovisuais narrativos e sua circulação em múltiplas telas”, no início do século XXI, surgem elementos que reconfiguraram o audiovisual, tais como: “(a) câmeras digitais acopladas aos mais diferentes equipamentos, como smartphones e tablets; (b) a conexão entre as diferentes telas através de uma rede de internet, cada vez mais veloz; e (c) o surgimento de sites e plataformas de compartilhamento de imagens audiovisuais.” (ROSSINI; RENNER, 2016, p.31).

Os conteúdos audiovisuais contam com elementos narrativos: elementos em cena, fotografia (planos, cortes, iluminação, movimentos de câmera), sonoplastia e trilha sonora, performance do ator ou de quem está sendo filmado, escolha de figurino, entre outros. Esses elementos contribuem para o processo de construção de sentidos do que está sendo filmado.

2.1. ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA E PANDEMIA

Nesta etapa do estudo, descrevemos, brevemente, a pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 (causador da COVID-19), os reflexos dessa pandemia no aumento de comunicações audiovisuais na internet e, conseqüentemente, a necessidade de que tais produções fossem acessíveis.

Em uma pandemia, o acesso às informações sobre medidas de controle e prevenção são primordiais. Segundo Ferreira (1986), o termo “prevenir” está relacionado à ação de se preparar, isto é, à ação de chegar antes de, a fim de evitar danos. No campo das Ciências Biomédicas, o termo “prevenir” pode ser correlacionado com uma série de ações que podem ser realizadas, antecipadamente, de modo a impedir e/ou dificultar o progresso de determinada doença. (LEAVELL; CLARCK, 1976 *apud* CZERESNIA, 2003). No contexto da pandemia da COVID-19, é notória a necessidade de medidas sanitárias e cuidados nos âmbitos individual e coletivo como medidas de controle e de prevenção a essa doença tendo em vista as características do SARS-CoV-2, como: alta transmissibilidade e rápida disseminação (OCHOAA *et al.*, 2020; WANG *et al.*, 2020), medidas não farmacológicas vêm sendo propostas, sendo essas opções eficientes para a mitigação e controle da COVID-19 em nível local e global. (AYOUNI *et al.*, 2021). Dentre as ações, encontram-se as orientações acerca da higienização das mãos, no que do uso de máscaras e da implementação de medidas de distanciamento social. (PRADHAN *et al.*, 2020; KWON *et al.*, 2021).



Dessa forma, observa-se que, diante de um cenário pandêmico, torna-se primordial a divulgação de informações e a disponibilização de conteúdos acessíveis acerca da doença, de seu agente etiológico e das medidas efetivas de saúde pública no que tange à prevenção e ao controle de determinada doença. Ademais, em consequência de uma das ações preventivas implementadas nesse contexto – as medidas de distanciamento social – ocorreram também mudanças no que se refere ao convívio em sociedade. Com isso, surgiram alguns desafios no estabelecimento da comunicação e na ampla divulgação de informações não só acerca da pandemia como também de outros campos do conhecimento. Diante desse cenário desafiador, as mídias sociais se tornaram as principais ferramentas utilizadas para veicular informações de forma dinâmica e acessível a todos.

À vista disso, a pandemia da COVID-19, no Brasil e no mundo, promoveu um aumento significativo no número de produções audiovisuais, profissionais e não profissionais, ao vivo (*lives*) e/ou previamente gravadas, nas mais diversas áreas de atuação e campos do conhecimento, com transmissão de acontecimentos e orientações acerca da COVID-19 nas plataformas digitais e transmissão nos mais diferentes meios de comunicação. Com isso, aumentou também a demanda por (e a oferta de) acessibilidade comunicativa, ou seja, a “possibilidade e condição de alcance para utilização de [...] informação e comunicação [...] por pessoas com deficiência [...]” (BRASIL, 2000).

Como se pode perceber, a partir da citação acima, a acessibilidade comunicativa é objeto de lei, passando a ser tratada explicitamente como tal a partir da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência⁴ ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.” (BRASIL, 2000).

Vale destacar que disponibilizar conteúdos audiovisuais com acessibilidade tem sido alvo de diversos normativos legais em nosso país, que de forma cronológica, segundo Silva (2019), seriam, entre outros:

1948 - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - Artigo XXVII
1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

1988 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] inciso V: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

2000 - LEI n.º 10.098/2000 - Critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2006 - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - Artigo 9 Acessibilidade:... os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em

⁴ A expressão “pessoas portadoras de deficiência” foi usada na época da publicação da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Após a publicação da Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, emprega-se o termo “pessoa com deficiência”.



igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação...

2006 - MCTIC: NORMA COMPLEMENTAR n.º 01/2006 (TV ABERTA) - A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter legenda oculta, audiodescrição e dublagem.

2009 - DECRETO n.º 6.949/2009 - Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU (equivalência a Emenda Constitucional).

2010 - LEI n.º 12.343/2010 - PLANO NACIONAL DE CULTURA - A Meta 29 do Plano Nacional de Cultura prevê que 100% (cem por cento) das bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

2011 - DECRETO n.º 7.612 / 2011 - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - VIVER SEM LIMITE - O Plano tem por objetivo dar coesão e organicidade a um conjunto de ações voltadas à promoção do acesso às pessoas com deficiência.

2013 - ANCINE: AGENDA REGULATÓRIA A ANCINE - Inclusão do tema acessibilidade em sua agenda regulatória a "Regulamentação de dispositivos que garantam o acesso a bens audiovisuais por pessoas com deficiência, observando a acessibilidade como tema transversal em todos os normativos aplicáveis da agência".

2014 - ANCINE: INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 116/2014 - Obrigação de inclusão de Legendagem, Legendagem Descritiva, Audiodescrição e LIBRAS nas cópias das obras audiovisuais brasileiras independentes fomentadas com recursos públicos federais.

2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI n.º 13.146/2015) Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; [...] (SILVA, 2019, n.p.).

Interessante notar que, apesar de ser objeto de lei, a acessibilidade comunicativa, no Brasil, tem se apresentado de forma bastante precária nos meios de comunicação de massa. No entanto, em um momento de crise mundial, a alta de produções caseiras acessíveis nos faz atentar para o fato de que a questão da acessibilidade acabou vindo à tona de forma muito natural por pessoas que simplesmente acreditam que ela seja necessária, independentemente de lei, já que, grosso modo, o não profissional não precisaria se preocupar em cumprir a lei de acessibilidade.

Basta acessarmos as redes sociais e veremos inúmeras produções audiovisuais (em grande parte caseiras) com um ou mais recursos de acessibilidade comunicativa, a saber: legendas para surdos e ensurdecidos, audiodescrição e/ou janela de Libras,



recursos esses que se apresentam como modalidades da tradução audiovisual acessível (NAVES et al., 2016), situada no campo maior dos Estudos da Tradução.

2.2. TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL: LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS

Diferentemente da legendagem para ouvintes, em que o objetivo é dar acesso, por exemplo, em português, ao conteúdo de um filme originalmente produzido em língua estrangeira, a

legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) preocupa-se em transpor por escrito não só as informações, levando em conta os parâmetros da legendagem para ouvintes, mas incluir também barulhos, ruídos, música da trilha sonora ou de fundo, ou ainda qualquer outra informação sonora relevante para a compreensão da cena. (SPOLIDORIO, 2017, p.321).

Vale ressaltar que este tipo de tradução, além de ter um caráter essencialmente intersemiótico, por envolver múltiplas semioses que se inter-relacionam, como o verbal, o visual, o sonoro, o gestual e o espacial, pode ser interlingual (entre línguas diferentes), intralingual (dentro da mesma língua) (JAKOBSON, 1970), e/ou intermodal (entre línguas de modalidades diferentes, como no caso do português, que é de modalidade oral-auditiva e da língua de sinais, que é de modalidade espaço-visual). (SEGALA, 2010).

Resguardadas as diferenças entre as legendas para ouvintes e as legendas para surdos e ensurdecidos, principalmente no que tange à própria finalidade de cada uma, ambos os sistemas seguem, em geral, variáveis como: máximo de duas linhas, número de caracteres compatível com tempo necessário para leitura, segmentação em blocos e centralidade na tela.

Vale ressaltar ainda as diferenças entre legenda aberta, legenda fechada e *closed captions*. As legendas abertas são aquelas que aparecem na tela independentemente do desejo do espectador, ao contrário das legendas fechadas, que podem ser ativadas ou desativadas pelo espectador. *Closed captions* são legendas fechadas que apresentam informações adicionais (identificação dos falantes e descrição de sons), como acontece nas legendas para surdos e ensurdecidos, mas, ao contrário do que estas propõem, aquelas não se preocupam com os parâmetros já descritos acima (número de linhas, velocidade e segmentação).

Qualquer trabalho de tradução deve levar em conta, além do texto a ser traduzido, o que contempla questões de ordem linguístico-cultural e tradutória, o público-alvo, ou seja, a comunidade que irá consumir o texto traduzido, no caso da LSE, o público surdo e ensurdecido, comunidade heterogênea como qualquer outra. “O tradutor de LSE, no exercício de sua função, deve-se perguntar: como o Surdo se relaciona com o mundo ao seu redor? Ele percebe os sons? Se sim, como?” (NEVES, 2005, p.107 *apud* VIGATA; ALVES, 2021, p.142). As respostas para essas e outras perguntas podem guiar o tradutor nas suas escolhas tradutórias e na busca por soluções e estratégias de tradução.

A abordagem da tradução audiovisual costuma ser interdisciplinar, pois os textos audiovisuais são multimodais por essência, ou seja, há diferentes recursos semióticos



que contribuem para a construção do significado, a saber: som, imagem, iluminação, entre outros.

A multimodalidade está atrelada à produção de um texto por mais de um modo semiótico. (SPERANDIO, 2015). Esse modo semiótico é compreendido por meio do estudo da semiótica: ciência do signo cujo objeto de investigação são todas as linguagens possíveis que contribuem para a produção de significado. (PEIRCE, 2005). Dessa forma, todos esses recursos semióticos podem ser considerados linguagens possíveis e compreendidos de acordo com tradições históricas e culturais de um povo.

2.3. TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL: AUDIODESCRIÇÃO

Apesar de não serem analisados, neste artigo, os processos de audiodescrição nas produções audiovisuais acessibilizadas pelo TradInter Lab, torna-se essencial que se discorra brevemente sobre ela, para fins de conhecimento do leitor, visto que é um dos tipos de tradução audiovisual acessível existentes.

Ao passo que a legendagem para surdos e ensurdecidos corresponde à tradução escrita de estímulos sonoros, a “audiodescrição é a tradução oral (podendo ser inter ou intralingual) de estímulos visuais. Pode ser de produtos audiovisuais da televisão e cinema, mas também de peça de teatro, espetáculo de dança, exibições artísticas, etc. É destinada à acessibilidade de pessoas com deficiência visual.” (SPOLIDORIO, 2017, p.322).

Além de pessoas com deficiência visual, o que inclui a cegueira e a baixa visão, a audiodescrição atende também às necessidades de analfabetos, disléxicos, entre outros.

[...] a audiodescrição tem um público-alvo com diferentes peculiaridades, pois cada usuário terá uma experiência estética diferente tanto com a obra em si quanto com a própria audiodescrição, uma vez que a familiaridade com a AD, com um gênero, com um meio pode provocar alterações na experiência estética ao aprimorar relações e explicitar semioses. (VIGATA; ALVES, 2021, p.40).

Como já vimos nas legendas para surdos e ensurdecidos, na audiodescrição o conhecimento a respeito do público-alvo também é fundamental para a adequação das escolhas do audiodescritor, visto termos grupos, com alto grau de heterogeneidade, que podem ser contemplados com a utilização da audiodescrição. Além disso, “no caso da audiodescrição (AD), [...] não há equivalência direta entre a linguagem visual e a linguagem verbal”; assim, “o audiodescritor deve tomar uma série de decisões para aproximar-se de um possível significado da imagem.” (VIGATA; ALVES, 2021, p.39-40).

As escolhas do tradutor devem ser baseadas na observação de alguns aspectos, a saber:

as relações entre os personagens e as línguas que empregam [...]; a situação linguística do país ou da comunidade onde se encontram os personagens [...]; as relações de poder refletidas pela língua nas situações comunicativas entre os personagens [...]; as marcas identitárias presentes na maneira de falar dos personagens; as visões de



mundo expressadas nos discursos dos personagens; as relações hierárquicas entre gêneros ou entre classes; o grau de polidez exigido em cada cultura. (VIGATA; ALVES, 2021, p.42).

Assim como a legendagem para surdos e ensurdecidos, a audiodescrição também deve ser estudada em uma abordagem interdisciplinar, pois, apesar de estar inserida no campo da tradução audiovisual acessível, é atravessada pelas diferentes semioses que se articulam em seus textos multimodais.

A audiodescrição deve ser pensada para, junto com as outras linguagens e recursos semióticos, formar um todo significativo. Assim, ela deixa de ser um texto autônomo para se ligar de maneira interdependente a todos os sons do produto audiovisual, como diálogos verbais e outros, ao mesmo tempo em que deve estar articulada à linguagem visual de forma coerente.

2.4. TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL: JANELA DE LIBRAS

Descrevemos nesta etapa do estudo considerações linguísticas e legais a respeito da Libras a fim de compreender como a tradução audiovisual acessível com a janela de Libras é empregada.

Compreende-se que os estudos sobre a comunicação dos surdos estão relacionados à criação da primeira escola de surdos no Brasil em 1857, no Rio de Janeiro, por meio da sanção da Lei n.º 939 de 26 de setembro de 1857, por Dom Pedro II. Nesta ocasião, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, conhecido atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Apesar de o INES ter sido criado em meados do século XIX, somente em 2002, com a Lei n.º 10.436/2002, ocorre o reconhecimento legal da Libras e, em 2021, acontece a inclusão da modalidade de educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Libras como primeira língua e português como segunda língua – pela [Lei n.º 14.191/2021](#).

Segundo a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras é reconhecida como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002).

Em 2005, o Decreto n.º 5.626 foi publicado informando sobre formação de tradutor, intérprete e professor de Libras. Vale ressaltar que a Lei n.º 12.319/2010 regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras, que são os profissionais que irão atuar nas janelas de Libras.

Anos depois, a Lei n.º 13.146/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e fez alusão à educação bilíngue e à atuação de intérpretes.

Dessa forma, no Brasil, a Libras tornou-se uma língua reconhecida legalmente, mas não possui status de língua oficial em território nacional, pois, conforme está previsto no artigo 13, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apenas o português é o idioma oficial.

Em relação aos aspectos linguísticos, as línguas de sinais, assim como as línguas orais, possuem uma estrutura que permite a expressão de qualquer conceito, seja



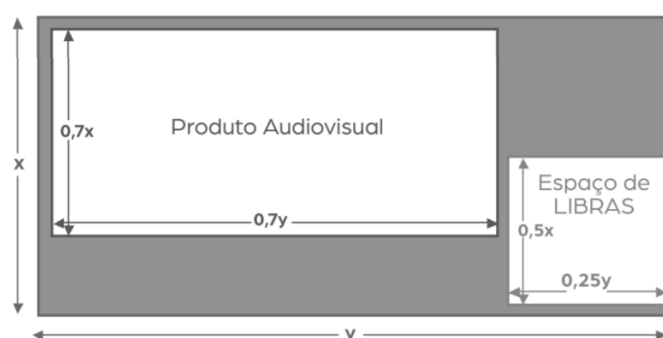
concreto ou abstrato. O que distingue essas línguas são seus canais de comunicação. Enquanto línguas orais utilizam para sua recepção e produção a audição e a emissão de sons, as línguas de sinais utilizam a visão e movimentos do corpo. Segundo Lucinda Brito (1995), de forma espacial e visual, elementos linguísticos são reproduzidos a fim de constituir os sinais e, por sua vez, os enunciados em Libras.

Para que, nas produções audiovisuais, os discursos produzidos em línguas orais estejam disponíveis em línguas de sinais, tem-se adotado a janela de Libras, que, segundo Naves (2016),

é o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação. (NAVES *et al.*, 2016).

Segundo Naves *et al.* (2016), orienta-se que a janela de Libras tenha como medidas um espaço que respeite e auxilie o acesso à informação (figura 1).

Figura 1 – Janela de Libras.

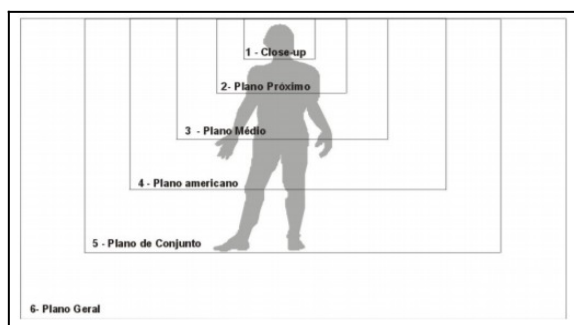


Fonte: (NAVES *et al.*, 2016, p.32).

Naves *et al.* (2016) também destaca que, em relação à iluminação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais - TILS, é recomendável usar dois pontos de iluminação, isto é, um frontal e um diagonal superior. Dessa forma, eliminam-se as sombras no fundo ou no intérprete. O plano de fundo do TILS não deverá conter informações que possam prejudicar a interpretação, por isso, orienta-se o uso de um fundo nas cores azul ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica *chroma key*.

O plano de filmagem também deve privilegiar a visualização do tronco, braços, mãos e cabeça do TILS. Em outras palavras, deve-se propor a gravação do plano médio, conforme ilustra a imagem apresentada na figura 2.

Para Marques e Oliveira (2012), o intérprete deve utilizar uma camiseta tipo básica (*T-shirt*), podendo ter mangas curtas ou longas. Orienta-se que o decote seja fechado. Em relação à cor da camisa, sugere-se que pessoas de pele clara utilizem cores escuras e pessoas de pele escura utilizem cores claras. Vale ressaltar que em alguns casos, por questões artísticas e/ou estéticas, o TILS pode utilizar cores semelhantes às da pessoa que ele irá interpretar ou utilizar cores que combinem com a proposta em cena.

**Figura 2** - Enquadramentos.

Fonte: (HERNANDES, 2005, p.10).

3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, descrevemos as escolhas metodológicas adotadas para a investigação das etapas da produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e processos da interpretação e da tradução no par linguístico Libras - português no TradInter Lab: laboratório de tradução audiovisual acessível e interpretação Libras - português). Esse é um projeto de extensão da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) que promove acessibilidade em produtos no formato audiovisual por meio de legendas adaptadas e janelas de Libras.

Segundo Gil (2008), a pesquisa científica é produzida com base em seus objetivos e procedimentos técnicos adotados. Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa explicativa com foco na identificação e na análise de fatores contribuintes para a produção da acessibilidade em conteúdos audiovisuais.

A respeito dos procedimentos técnicos adotados, esta é uma pesquisa documental porque os dados coletados são materiais produzidos pelo TradInter Lab, que não receberam ainda um tratamento analítico.

Quanto à abordagem, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois gera ações para descrever, para compreender e para explicar os processos empregados no âmbito do projeto na produção de legendas e janelas de Libras.

Para a seleção dos arquivos que compuseram a coleta de dados desta pesquisa, apesar de o TradInter Lab ter diversas equipes, escolhemos materiais específicos da produção de legendas para pessoas surdas ou ensurdecidas e da tradução no par linguístico Libras - português, que foram produzidos nos anos de 2020 a 2021. Foram analisados documentos orientadores (duas pastas compartilhadas via Google Drive pelos participantes do projeto) que norteiam as etapas adotadas para a produção de conteúdos acessíveis. A primeira é própria da equipe de produção de legendas e a segunda da equipe de tradução. Na equipe de legenda participam graduandos de diferentes graduações da UFRJ. Na segunda equipe participam graduandos dos cursos de licenciatura ou bacharelado em Letras-Libras da UFRJ. Na seção três desta pesquisa, descrevemos e analisamos os documentos das pastas compartilhadas de acordo com o trabalho específico de cada equipe.

Em 2020, o projeto foi desenvolvido pela Professora Doutora Adriana Baptista da UFRJ com uma equipe executora composta por quatorze profissionais, que eram docentes,



técnicos de audiovisual e Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais da UFRJ e também profissionais de outras instituições de ensino. No período de 2020 a 2021, o projeto contou com mais de cinquenta alunos extensionistas, graduandos da UFRJ, que contribuíram para a produção de conteúdos acessíveis dentro e fora da UFRJ.

O quantitativo de alunos em cada equipe do projeto e o prazo de entrega dos produtos audiovisuais acessíveis podem variar tendo em vista as demandas que o projeto recebe para produzir vídeos acessíveis. Há sazonalidade de eventos acadêmicos, em outras palavras, quando há diversos eventos acadêmicos em um mesmo período o projeto de extensão abre mais vagas para atender as demandas. Quando há poucos eventos acadêmicos, logo, há uma quantidade menor de vagas para extensionistas.

Outro fator que influencia no quantitativo de graduandos extensionistas em cada equipe é o conhecimento prévio que eles possuem sobre as áreas de atuação do projeto. Para exemplificar, quando um aluno conhece tanto sobre legendas quanto sobre Libras é possível convidá-lo para participar das duas equipes.

Passamos, então, para a próxima seção, que apresenta um pouco do trabalho desenvolvido pelo TradInter Lab, através de análises das suas etapas de produção de legendas e janelas de Libras, com o embasamento do quadro teórico-metodológico já apresentado anteriormente.

4. TRADINTER LAB: LABORATÓRIO DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL E INTERPRETAÇÃO LIBRAS - PORTUGUÊS

Neste tópico serão descritas as abordagens e ferramentas adotadas no Projeto de Extensão TradInter Lab da UFRJ (figura 3), em parceria com docentes e discentes da instituição e colaboradores externos.

Figura 3 – TradInter Lab.



**LABORATÓRIO DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL
E INTERPRETAÇÃO LIBRAS <> PORTUGUÊS**

Fonte: <https://tradinterlabletras.wixsite.com/projeto>. Acesso em: 15 mai 2022.

Serão analisados procedimentos adotados pelo projeto referentes às ações voltadas para as práticas de legendagem e da interpretação e da tradução no par linguístico Libras - português. É importante frisar que os procedimentos descritos são de produção contínua, de modo a atender não só a demanda da comunidade universitária interna no que tange à promoção da acessibilidade, como também auxiliar e contribuir com outras instituições através da aplicação do conhecimento adquirido em demandas externas, sempre com foco na divulgação das produções para a sociedade em geral.

Ademais, na rotina de trabalho estabelecida pelo TradInter Lab, visando à manutenção da dinamicidade e a constância do fluxo de trabalho, todos os procedimentos que serão mencionados neste tópico são, primordialmente, organizados em etapas, as quais são conduzidas para cada um dos grupos que fazem parte da equipe do projeto,



no caso desta pesquisa, o grupo de legendagem e o grupo de tradução. Vale ressaltar que são realizadas capacitações no âmbito do projeto nas suas respectivas áreas de atuação e que as ações desenvolvidas pelos graduandos extensionistas são acompanhadas por supervisores (docentes ou Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais).

4.1. ETAPAS DA PRODUÇÃO: LEGENDAGEM

Nesta seção, serão mencionados os procedimentos realizados no processo de legendagem adotados no TradInter Lab, que são armazenados e compartilhados pela equipe executora via *Google Drive*. Primeiramente, para a produção das legendas, é necessário transcrever as informações transmitidas pelo conteúdo que se deseja legendar. A esse procedimento dá-se o nome de transcrição – primeira etapa. A transcrição é desenvolvida por um grupo de graduandos extensionistas com a supervisão de um docente.

Nesse contexto, os graduandos responsáveis pela transcrição possuem duas pastas, uma pessoal e uma compartilhada com o seu respectivo grupo. Nessas pastas, ficam armazenadas planilhas nas quais todos os trabalhos realizados são registrados para o controle e organização do fluxo de trabalho. Ressaltamos que, para fins desta pesquisa, analisamos a pasta que é compartilhada, e não a pessoal.

Após a organização dos conteúdos e seleção dos vídeos que necessitam da elaboração das legendas, realiza-se a transcrição propriamente dita. Para isso, podem-se utilizar algumas ferramentas que agilizam esse procedimento. Nos procedimentos adotados no TradInter Lab utilizam-se duas principais ferramentas, as quais são empregadas em situações distintas.

Primeiramente, caso o vídeo disponibilizado possua legenda automática na plataforma do Youtube, é possível extraí-las através do site *Downsub* e, posteriormente, pode-se baixar o conteúdo para que sejam feitos os ajustes de possíveis erros. Todavia, caso o vídeo não possua legenda automática, pode ser utilizada a ferramenta do *Google Docs*, juntamente com o programa *virtual Cable*, e então se realiza a transcrição com a passagem do vídeo. Tendo sido concluída a etapa de transcrição do vídeo, o arquivo contendo o texto transcrito é inserido na pasta compartilhada do *Google Drive*, para que outros membros da equipe possam ter acesso, possibilitando, assim, a realização da etapa subsequente: a legendagem.

A segunda etapa é a legendagem que é desenvolvida por um segundo grupo de graduandos extensionistas com a supervisão de um docente. Para a realização dessa etapa, utiliza-se o programa *Subtitle Edit* (editor de legendas gratuito e de código aberto que permite a criação, edição, ajustes e sincronização de legendas para vídeos). O graduando extensionista responsável pela legenda (legendador) obtém o texto através do arquivo onde consta o conteúdo previamente transcrito e todo esse conteúdo é selecionado em blocos de legendas, que podem variar dependendo das recomendações e das convenções do solicitante pré-definidas, por exemplo, o número de caracteres por linha.

No projeto de extensão foi desenvolvido um documento orientador pelos próprios colaboradores, com base em pesquisas e troca de experiências. Esse documento é



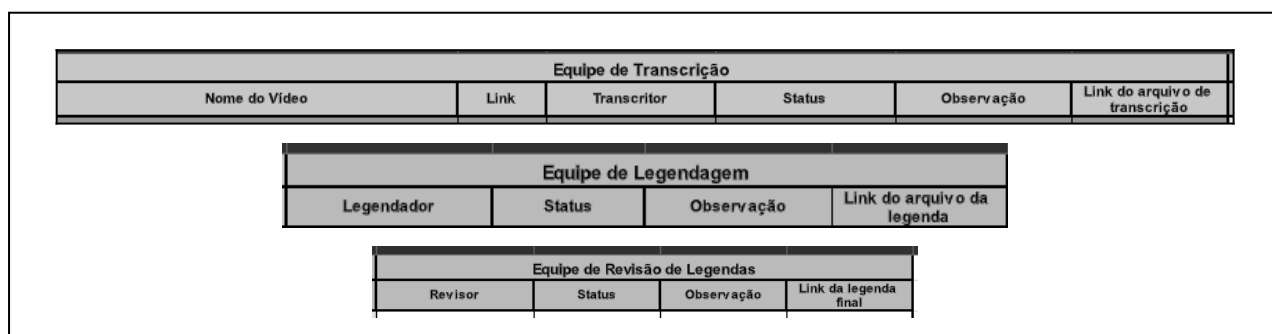
inserido na pasta compartilhada com a equipe de legenda porque nele são detalhadas convenções estabelecidas para que as legendas sigam certo padrão. Dentre as principais propostas estabelecidas, citamos as seguintes: uso de notas musicais quando houver a presença de música; uso de itálico em estruturas que apresentam erro gramatical do ponto de vista da gramática normativa; uso da expressão [SILÊNCIO] quando há grandes períodos de silêncio; uso da expressão [INAUDÍVEL] quando existir algo incompreensível no vídeo *etc.* Além dessas considerações, o número de caracteres por linha e a recomendação para que sintagmas não sejam separados também se faz presente. Vale salientar que esse documento está em constante atualização de acordo com novas pesquisas e demandas.

Após a organização e a separação do texto em blocos, os textos transcritos são sincronizados com o vídeo. Desse modo, quando o trabalho estiver finalizado, o graduando extensionista responsável pela legenda salva o arquivo e o armazena na pasta compartilhada do *Google Drive* para que a próxima etapa possa ser realizada, a saber, a etapa de revisão. A terceira etapa - revisão é composta por um terceiro grupo de graduandos extensionistas com a supervisão de um docente.

Nessa última etapa do processo de legendagem, o graduando extensionista responsável pela revisão (revisor) corrige possíveis erros que podem ter persistido durante as etapas de transcrição e sincronização das legendas em um vídeo. Para isso, a equipe responsável por essa função utiliza-se de duas ferramentas principais, sendo elas: o programa *Subtitle Edit*, o qual também é utilizado para a montagem das legendas, e o *Microsoft Word*, esse último que é empregado, sobretudo, para ajustes na ortografia do texto.

A figura 4 ilustra as três etapas (transcrição, legendagem e revisão) com informações da planilha de controle compartilhada pela equipe de produção de legendas.

Figura 4 - Etapas dos processos de produção acessível.



Fonte: Arquivos do TradInter Lab.

Tendo sido realizada a produção das legendas, o material é conferido pelos docentes supervisores, editado por outra equipe do projeto, e, posteriormente, encaminhado para os solicitantes da produção audiovisual acessível.



4.2. ETAPAS DA PRODUÇÃO: TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

A produção de conteúdos em Libras é subdividida em duas vertentes no projeto, sendo elas: a interpretação e a tradução. A interpretação e a tradução interlinguística (línguas distintas) e intermodal (línguas de modalidades distintas), como a Libras e o Português, é uma atividade textual, cognitiva e comunicativa. (BEVILACQUA; KILIAN, 2017).

Em primeira análise, a interpretação pode ser definida como o ato de versar um discurso de uma língua para outra de forma simultânea ou consecutiva à fala, nesse caso, do português para a Libras ou da Libras para o português. Segundo Quadros (2004), a interpretação “sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. Assim, poder-se-á ter a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, da língua falada para a língua de sinais.” (QUADROS, 2004, p.9).

Quanto à estrutura e organização do fluxo de trabalho no que se refere à interpretação no TradInter Lab em um evento acadêmico específico, por exemplo, uma palestra, um curso, uma oficina, as demandas para essas interpretações em Libras - português são, primordialmente, divulgadas para os graduandos extensionistas, que fazem parte da equipe de interpretação para que a escala seja feita de acordo com a disponibilidade de cada graduando. Essa escala é compartilhada na pasta da equipe de interpretação. Ademais, após essa etapa inicial, os materiais e conteúdos que serão ministrados nesses eventos são disponibilizados para que os graduandos extensionistas possam se preparar e estudar possíveis sinais em Libras pertinentes ao tema que será abordado.

Quando há a necessidade de uma interpretação simultânea em um evento acadêmico, de um a dois dias que antecedem ao evento, é realizada uma reunião com os graduandos extensionistas que irão interpretar em Libras - português com o supervisor da equipe de interpretação, que pode ser um docente ou um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Nessa reunião, são estudados os procedimentos de interpretação, o tema e conteúdos pertinentes ao evento a fim de que possíveis dúvidas possam ser sanadas.

No que tange ao momento da interpretação, propriamente dita, o supervisor da equipe recomenda que os graduandos extensionistas cheguem ao local com antecedência. No contexto da pandemia da COVID-19, o supervisor orienta que os graduandos extensionistas adentrem nas salas virtuais com cerca de dez a trinta minutos de antecedência, de modo que sejam realizados testes por intermédio da equipe técnica responsável pelo evento a fim de evitar possíveis problemas técnicos ao decorrer do evento.

Quando há uma interpretação de mais de trinta minutos, o fluxo de trabalho é dividido, geralmente, por dois graduandos extensionistas que interpretam Libras - português. Esses, por sua vez, realizam um revezamento, em geral, a cada vinte minutos.

A outra vertente de produção de conteúdos em Libras desenvolvida pelo TradInter Lab é a tradução. A tradução diferencia-se da interpretação, uma vez que os procedimentos desenvolvidos na primeira não são realizados de forma simultânea,



havendo a possibilidade de consultas, revisões e ajustes antes da finalização do processo. Segundo Nascimento (2016), a tradução é realizada para mediar atos em registro, em que há tempo para sua produção e podendo ainda ser produzida a partir de diferentes recursos, além da possibilidade de ter revisão antes da produção final.

No âmbito do projeto, é realizada a tradução da Libras para português ou do português para Libras. Entretanto, devido à extensão deste estudo, descreveremos os procedimentos adotados das traduções do português para a Libras em que as produções em Libras são registradas em vídeos. Nesse sentido, de forma análoga ao supracitado nos procedimentos de interpretação, as demandas são divulgadas para os membros da equipe de tradução e estes selecionam os conteúdos que irão traduzir, sempre sob supervisão de um colaborador especialista na área (docente ou Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais).

Primeiramente o graduando extensionista recebe o material que irá traduzir. Há um tempo destinado para o estudo e conversa com o supervisor para sanar dúvidas. Em um segundo momento, o graduando extensionista irá realizar a gravação em vídeo de sua tradução em Libras, e, com o aval do supervisor de tradução, armazenar nas pastas específicas do *Google Drive* do projeto para serem revisados.

Na terceira fase, o vídeo passará por dois momentos de revisão. Há duas equipes de revisão neste processo. Cada equipe é composta por graduandos extensionistas e um supervisor (docente ou Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais). A primeira equipe de revisão de tradução compara o texto original e o texto traduzido. A segunda equipe de revisão tem focos linguístico e técnico. Composta por integrantes surdos, essa segunda equipe visa avaliar o produto final em Libras no que tange à sinalização e às questões técnicas, como enquadramento, iluminação etc. Após essas revisões o vídeo segue finalmente para a equipe de edição ou retorna para uma nova gravação com a equipe de tradução a fim de realizar os ajustes recomendados pela revisão.

Desse modo, os procedimentos descritos correspondem as etapas desenvolvidas no projeto do TradInter Lab para a promoção da acessibilidade comunicativa e consequente interação e troca de informações e conhecimento entre indivíduos na sociedade.

4.3. ALGUMAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ACESSÍVEIS

Tendo em vista que o Projeto de Extensão TradInter Lab teve uma grande atuação no período da pandemia causada pela COVID-19, em 2020, devido ao aumento de produções no âmbito do audiovisual, a acessibilidade nessas produções também se tornou necessária. Diante disso, promover a equidade no acesso às informações e a capacitação dos sujeitos que realizam a acessibilidade foram alguns dos objetivos deste projeto de extensão.

Dentre as principais atuações do TradInter Lab, destacamos as contribuições para tornar os conteúdos acessíveis em produções audiovisuais nos seguintes eventos: I Jornada de emergências clínicas (UniFTC); Interliga de transplante e doação de órgãos (UFBA); Jornada BrasilCon (UFBA); Curso de extensão mídia, violência e direitos humanos (UFRJ); Curso de extensão história dos movimentos sociais (UFRJ); UFRJ faz 100 anos; Curso de extensão Feminismo Negro (UFRJ); Surdez em Foco (UFRJ), entre



outros. Os registros da participação do TradInter Lab nesses eventos encontram-se disponíveis no seguinte site: <https://tradinterlabletras.wixsite.com/projeto>.

Além das contribuições nos eventos online citados, também foram desenvolvidas capacitações pelo projeto sobre temáticas relacionadas à acessibilidade que contribuíram para a capacitação da equipe executora. Destacamos as seguintes ofertas de qualificação: oficinas e palestras. Foram realizadas oficinas sobre audiodescrição e sobre legendagem. Também foram ministradas palestras referentes aos seguintes temas: identidades e cultura Surda; etapas do processo tradutório; e noções básicas a respeito de glosas. Além da tradução de diversos vídeos, como o intitulado “COVID-19 e seus impactos ambientais”, demanda do projeto parceiro “Química e Sustentabilidade”.

No final de 2021, tendo em vista a grande procura para a produção de conteúdos audiovisuais acessíveis em eventos acadêmicos, o projeto, atualmente, atende apenas eventos internos da UFRJ.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações, reflexões e análises, constatamos três aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito ao fato de este estudo ter proporcionado a disseminação de conhecimentos sobre estudos científicos que vêm sendo desenvolvido sobre a produção de legendas para surdos e ensurdecidos, sobre o processo de audiodescrição para pessoas cegas ou com baixa visão que também pode atender às necessidades de analfabetos, disléxicos, entre outros, e sobre a produção de tradução e de interpretação no par linguístico Libras - português.

O segundo está relacionado aos processos que o projeto de extensão TradInter Lab tem realizado na produção da acessibilidade de conteúdos audiovisuais que podem proporcionar caminhos para estudos e para a aplicação em outros projetos com esta mesma finalidade, assim como verificamos a sua importância no contexto da pandemia conforme mencionado neste trabalho. Constatamos que o fluxo de trabalho de legendagem para pessoas surdas ou ensurdecidas foi desenvolvido em três etapas - transcrição, legendagem e revisão. Já a acessibilidade em Libras pode se dar através de duas metodologias: interpretação e tradução. Para a interpretação simultânea em um evento, há o estudo prévio do tema e dos sinais específicos da área. Para a tradução, há também o estudo prévio dos sinais específicos da área para que posteriormente haja a gravação da tradução em Libras e revisão linguística e técnica. Devido à extensão deste estudo, apenas nos debruçamos sobre os procedimentos da tradução do português para a Libras; em futuros estudos seria possível descrever as etapas de produção da Libras para o português.

Observamos que há melhorias necessárias nos fluxos e nos processos, tais como um meio de comunicação mais rápido e eficiente entre os membros das equipes e entre as equipes. O compartilhamento de informações via Google Drive é fundamental para o desenvolvimento e acompanhamento do trabalho, mas há a necessidade de comunicação entre os membros da equipe para informar que novas demandas são inseridas nas pastas compartilhadas e entre as equipes, pois o trabalho de um depende do trabalho do outro. Sendo assim, notificações automáticas nos celulares ou



computadores ou criação de grupos em aplicativos de mensagens são possíveis caminhos para sanar essa demanda.

E por último, observou-se a vasta publicação de normativos legais brasileiros que norteiam a produção audiovisual acessível; entretanto, com o aumento de produções audiovisuais que circulam nas mídias públicas e nas redes sociais ainda há um caminho a se percorrer para tornar tais produções acessíveis. Compreendemos que esse caminho perpassa não apenas por publicações legais, mas também por uma conscientização social, visto que pessoas com deficiência acessam a produções audiovisuais.

6. REFERÊNCIAS

AYOUNI, I. *et al.* Effective public health measures to mitigate the spread of COVID-19: a systematic review. **BMC Public Health**, v.21, n.1015, p.1-14, mai. 2021.

BEVILACQUA, C. R.; KILIAN, C. K. **Tradução e terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor.** Domínios de Linguagem, v. 11, n. 5, p. 1707-1726, 2017.

BRASIL. **Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857.** Fixa despesa e orça receita para o exercício de 1858-1859. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1857.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12. 319,1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.** Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015.



BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Reimpr. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010 [1995].

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário do Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANDES, Nilton. A trilogia Matrix: estratégias de enunciação sincrética em textos cinematográficos. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v.3, n.1, p.1-21, ago. 2005.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

KWON, Sohee *et al.* Association of social distancing and face mask use with risk of COVID-19. **Nature communications**, v.12, n.3737, jun. 2021.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares. Normatização de Artigos Acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO, 3., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2012.

NASCIMENTO, M. V. B. **Formação de Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa**. 2016. 318 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NAVES, Sylvia Bahiense *et al.* **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, 2016.

OCHOAA, Yaset *et al.* Effective Reproductive Number estimation for initial stage of COVID-19 pandemic in Latin American Countries. **International Journal of Infectious Diseases**, v.95, p.316-318, apr. 2020.

PRADHAN, Deepak *et al.* A Review of Current Interventions for COVID-19 Prevention. **Archives of Medical Research**, v.51, n.5, p.363-374, 2020.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

QUADROS, Ronice Müller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

ROSSINI, Miriam de Souza; RENNERT, Aline Gabrielle. A produção audiovisual ficcional para web: formas e formatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

SEGALA, Rimar. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlinguística: português escrito para a língua de sinais**. 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SPOLIDORIO, Samira. Mapeando a tradução audiovisual acessível no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v.56, n.2, p.313-345, mai./ago. 2017.



SPERANDIO, Natália Elvira. A multimodalidade no processo metafórico: uma análise da construção das metáforas multimodais. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v.7, n.14, jul./dez. 2015.

SILVA, Luana Maira Rufino Alves da. **Acessibilidade e Ancine**: marcos legais e o avanço para a sociedade. Brasília: Agência Nacional do Cinema, 2019.

VIGATA, Helena Santiago; ALVES, Soraya Ferreira (Orgs.). **Tradução e acessibilidade**: métodos, técnicas e aplicações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

WANG, Liang *et al.* Inference of person-to-person transmission of COVID-19 reveals hidden super-spreading events during the early outbreak phase. **Nature communications**, v.11, n.5006, oct. 2020.

Submetido em: **12/04/2022**

Aceito em: **15/05/2023**